



COMISSÃO PERMANENTE DE AÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL;
EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER, SAÚDE, MEIO AMBIENTE,
AGRICULTURA E PECUÁRIA

Projeto de Lei nº060/2026

Autoria: Poder Executivo Municipal

Projeto de Lei Nº 060/2026 - “Autoriza a abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação de recursos vinculados a receita no valor de R\$863.000,00”.

RELATÓRIO
FUNDAMENTAÇÃO
CONCLUSÃO

I-RELATÓRIO

A presente peça técnica refere-se ao parecer de mérito emitido no âmbito da Câmara Municipal de Rolim de Moura, Estado de Rondônia, especificamente pela Comissão Permanente de Ação e Bem-Estar Social; Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Saúde, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária. O objeto de análise é o **Projeto de Lei nº 60/2026**, de autoria do Poder Executivo Municipal, devidamente autuado sob o **Processo Administrativo nº 2902/2026**. A relatoria da matéria foi designada à Vereadora Aparecida Ferreira dos Santos, a quem compete a condução dos trabalhos e a elaboração do voto condutor que subsidiará a deliberação deste colegiado técnico.

A identificação detalhada da propositura revela tratar-se de uma iniciativa voltada à abertura de crédito adicional especial, fundamentada na existência de excesso de arrecadação proveniente de recursos vinculados de ordem federal. O montante financeiro em questão, fixado em **R\$863.000,00 (oitocentos e sessenta e três mil**

Parecer da Comissão Permanente de Ação e Bem-estar Social; Educação; Cultura, Desporto e Lazer, Saúde, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária referente ao Projeto de Lei nº 60/2026





**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

reais), possui destinação específica para o fortalecimento da rede municipal de saúde, voltada ao custeio das ações e serviços de Atenção Especializada à Saúde, direcionados ao cumprimento de metas assistenciais no âmbito da Média e Alta Complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Tal identificação é corroborada pela **Mensagem nº 56/2026** encaminhada pelo Poder Executivo, que explicita a necessidade de adequação orçamentária para possibilitar ao Município a regular execução das despesas custeadas com recursos provenientes da União no âmbito da Atenção Especializada à Saúde.

Sob a ótica da competência específica desta Comissão, o processo identifica-se como uma medida de alta relevância para a promoção do bem-estar social e a garantia do direito à saúde, conforme os preceitos dos artigos 196 e 197 da Constituição Federal. O registro histórico do processo demonstra que a demanda nasceu da necessidade técnica da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), em razão da autorização para transferência dos recursos federais ao Fundo Municipal de Saúde, conforme as diretrizes da **Portaria GM/MS nº 10.444**, de 25 de março de 2026, que autoriza o Município a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Média e Alta Complexidade (MAC), destinados às ações e serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Dessa forma, a identificação do Projeto de Lei nº 60/2026 nesta Comissão Permanente foca-se na análise do impacto social e na melhoria da qualidade do atendimento público que a correta alocação desses recursos proporcionará à população de Rolim de Moura. O processo encontra-se maduro para a análise de mérito, havendo manifestação favorável da Controladoria-Geral do Município, restando a este colegiado avaliar a oportunidade e a conveniência da medida para o desenvolvimento das políticas de saúde e bem-estar do município.

Eis o Relatório

Parecer da Comissão Permanente de Ação e Bem-estar Social; Educação; Cultura, Desporto e Lazer; Saúde, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária referente ao Projeto de Lei nº 60/2026





II. FUNDAMENTAÇÃO

A análise técnica do **Projeto de Lei nº 60/2026**, sob a ótica desta Comissão Permanente de Ação e Bem-Estar Social, Saúde e Meio Ambiente, revela uma proposição de indiscutível mérito social e relevância para a política pública de saúde de Rolim de Moura. A iniciativa de abertura de crédito especial para o custeio das ações e serviços de Atenção Especializada à Saúde não se encerra em um mero ajuste contábil, mas constitui o alicerce jurídico necessário para o fortalecimento do cumprimento de metas assistenciais no âmbito da Média e Alta Complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao viabilizar o recebimento e a aplicação de recursos federais específicos, o Poder Executivo atua em estrita observância ao princípio da eficiência administrativa, garantindo que o incremento financeiro pactuado com a União seja revertido em benefícios diretos à comunidade, fortalecendo a rede assistencial municipal e assegurando melhores condições para a prestação dos serviços públicos de saúde.

A medida encontra-se em total harmonia com o **artigo 196 da Constituição Federal**, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado, a ser garantido mediante políticas sociais que visem à redução de riscos de doenças e ao acesso universal às ações de promoção e recuperação. Ao autorizar a adequação orçamentária necessária à futura execução desses recursos, o Município reforça seu compromisso com a relevância pública das ações de saúde, permitindo a fiscalização e o controle social sobre a aplicação das verbas federais vinculadas. A fundamentação apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde evidencia que a abertura deste crédito não compromete o equilíbrio das contas públicas, uma vez que se fundamenta na previsão de excesso de arrecadação decorrente da transferência autorizada de incremento temporário por emenda parlamentar da União, conforme a **Portaria GM/MS nº 10.444**.

Parecer da Comissão Permanente de Ação e Bem-estar Social; Educação; Cultura, Desporto e Lazer, Saúde, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária referente ao Projeto de Lei nº 60/2026





III-CONCLUSÃO

Ante o exposto, a análise técnica e de mérito do **Projeto de Lei nº 60/2026** permite concluir com segurança que a proposição é **altamente meritória** e revestida de **relevante interesse público**. A aprovação desta lei proporcionará um avanço significativo nas políticas públicas de saúde do município, sendo assim, esta **COMISSÃO PERMANENTE DE AÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL; EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER, SAÚDE, MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA**, após análise do Voto da Relatora Vereadora Aparecida Ferreira dos Santos, opina pelo parecer **FAVORÁVEL À APROVAÇÃO**, encaminhando o trâmite regular do Projeto de Lei da presente propositura.

Salvo entendimento e apreciação superior, é o parecer.

Rolim de Moura/RO, 15 de maio de 2026.

APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS

Vereadora / Relatora

De acordo:

CIDINEI FURTUNATO

Vereador

Parecer da Comissão Permanente de Ação e Bem-estar Social; Educação; Cultura, Desporto e Lazer, Saúde, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária referente ao Projeto de Lei nº 60/2026





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

EDILSON DOS SANTOS

Vereador/Presidente/CSAS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://rolimdemoura.oxynet.com.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: e3234d79-7f63-4606-b868-2c60cbed123f - Página 5/5



Parecer da Comissão Permanente de Ação e Bem-estar Social; Educação; Cultura, Desporto e Lazer, Saúde, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária referente ao Projeto de Lei nº 60/2026

Palácio Gov. Jorge Teixeira de Oliveira - Avenida João Pessoa nº 4463 - Centro
Rolim de Moura/RO - CEP: 76.940-000 - Fone: (69) 3442-1629/1253/9463 - Fax: (69) 3442-4915